



Franca /SP, 31 de janeiro de 2026

Ao Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

Ref.: Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2, estamos encaminhando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as seguintes Demonstrações Financeiras da Francauto Administradora de Consórcio Ltda.:

- I – Relatório da Administração;
- II – Balanço Patrimonial;
- III – Demonstração de Resultado;
- IV – Demonstração do Resultado Abrangente;
- V – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- VI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VII – Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VIII – Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- IX – Notas Explicativas;
- X – Relatório do Auditor Independente.

Informamos que estes mesmos documentos serão devidamente publicados e divulgados através de remessa eletrônica do documento INF9011, conforme o que dispõe a Instrução Normativa BCB nº 236.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e publicadas no site da instituição.

XISTO ANTONIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor
CRCMG031493/T-6

SOLANGE DA SILVA RIBEIRO
Contadora



I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA

Senhores Sócios: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio e as Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 2025 e 2024. A diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores sócios para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Franca /SP, 31 de janeiro de 2026.

XISTO ANTONIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor
CRCMG031493/T-6

SOLANGE DA SILVA RIBEIRO
Contadora

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas Explicativas	31.12.2025	31.12.2024
<u>Circulante</u>		4.849	4.481
Caixas e Equivalentes de Caixa		4.684	4.381
Caixa e Bancos		31	104
Aplicação Interfinanceira de Liquidez		0	0
Títulos e Valores Mobiliários	3.1	4.653	4.277
Realizável à Curto Prazo		146	83
Outros Créditos		146	83
Rendas a Receber	3.2.1	12	11
Adiantamentos Pagamentos Nossa Conta		0	0
Créditos Tributários	3.2.2	94	28
Devedores Diversos – País – Grupos	3.2.3	40	44
Outros Valores e Bens		0	0
<u>Não Circulante</u>		19	17
Realizável à Longo Prazo		0	0
Outros Créditos		0	0
Outros Valores e Bens		0	0
Permanente		19	17
Investimentos		15	13
Imobilizado de Uso		18	18
(-) Depreciações e Amortizações		(14)	(14)
TOTAL DO ATIVO		4.849	4.481

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas Explicativas	31.12.2025	31.12.2024
<u>Circulante</u>		<u>136</u>	<u>157</u>
Depósitos		0	0
Obrigações por Empréstimos		0	0
Instrumentos Financeiros		0	0
Outras Obrigações		136	157
Fiscais e Previdenciárias	3.2.4	25	29
Despesa com pessoal		9	7
Provisões para Pagamentos a Efetuar	3.2.5	55	20
Credores Diversos do País	3.2.7	19	77
Provisões dedutíveis	3.2.6	28	24
<u>Não Circulante</u>		<u>0</u>	<u>0</u>
Obrigações por Empréstimos		0	0
Instrumentos Financeiros		0	0
Outras Obrigações		0	0
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>3.4</u>	<u>4.713</u>	<u>4.324</u>
Capital Social	3.5	1.500	1.500
Reservas de Lucros	3.6	2.824	2.824
TOTAL DO PASSIVO		4.849	4.481

13

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Em Milhares de Reais)

NOMENCLATURA	2º SEMESTRE 2025	2º SEMESTRE 2024
RECEITAS OPERACIONAIS	844	1.277
Rendas de Taxas de Administração	857	909
Rendas de Outros Serviços	114	116
Impostos Incidentes s/Rendas	-127	-122
Rendas de Tít. Renda Variável	296	374
DESPESAS OPERACIONAIS	-291	-687
Despesas Administrativas	-24	-54
Despesas com Pessoal	-490	-324
Outras Desp. Administrativas	-296	-296
Aprovisionamentos e Ajustes	0	0
Outras Despesas Operacionais	-28	-13
RESULTADO OPERACIONAL	553	590
Resultado não operacional	0	0
Resultado Antes do Imp. De Renda	553	590
Imp. Renda e Contrib.Social	-164	-176



Participação nos Lucros	0	0
Lucro Líquido do Período	389	414
Lucro Líquido por cota	R\$ 0,26	R\$ 0,28

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	EXERCÍCIO DE 2025	
Lucro Líquido do Período		389
Parcela dos Sócios	389	
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	
= Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	0	0
Ajustes de instrumentos Financeiros Reclassificados para Resultado	0	
= Outros Resultados Abrangentes	0	0
Parcela dos Sócios	0	0
= Resultado Abrangente Total	0	389
= Parcela Total dos Sócios	389	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa operacional		
Lucro Líquido do exercício	389	413
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização		2
Lucro Líquido ajustado	389	415
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais		
Creditos Diversos	37	167
Valores e Bens	(102)	66
	(65)	233
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	35	56
Credores Diversos	(17)	(202)
Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	(2)	(17)
Outros passivos	(37)	24
	(21)	(139)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	303	509
Fluxo de caixa investimento		
Aquisição imobilizado		
Aquisição intangível		
Recebimento pela venda de imobilizado		
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de investimento		
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	303	509
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.381	3.872
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.684	4.381
AUMENTO (REDUÇÃO) SALDO DAS DISPONIBILIDADES	303	509

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais)

VI - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os anos findos em
31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024
(Expresso em milhares reais)

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	1.500	2.411	414	4.324
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			389	389
Dividendos Propostos				-
Ajuste de Exercícios Anteriores				-
Saldo em 30 de dezembro de 2025	1.500	2.411	803	4.712

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

VII - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO (Em Milhares de Reais)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

ATIVO	RUBRICA	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO REALIZAVEL	1.0.0.00.00.00-9	R\$ 8.893	R\$ 93.737
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00.00-2	R\$ 227	R\$ 84.244
<i>Depósitos Bancarios</i>	<i>1.1.2.00.00.00-6</i>	<i>R\$ 227</i>	<i>R\$ 84.244</i>
Depósitos Bancarios	1.1.2.92.00.00-3	R\$ 227	R\$ 84
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.2.0.00.00.00-5	R\$ 3.193	R\$ 2.997
<i>Outras</i>	<i>1.2.9.00.00.00-8</i>	<i>R\$ 3.193</i>	<i>R\$ 2.997</i>
Aplicações Financeiras	1.2.9.90.00.00-9	R\$ 3.193	R\$ 2.997
Disponibilidades do Grupo	1.2.9.90.12.00-4	R\$ 163	R\$ 413
Vinc. A Contempl - Demais Apl	1.2.9.90.35.00-5	R\$ 3.029	R\$ 2.584
OUTROS CRÉDITOS	1.8.0.00.00.00-3	R\$ 5.473	R\$ 6.496
<i>Valores Especificos</i>	<i>1.7.7.00.00.00-2</i>	<i>R\$ 5.473</i>	<i>R\$ 6.496</i>
Direitos juntos a Cons Contempl	1.8.7.93.00.00-2	R\$ 5.473	R\$ 6.496
Normais	1.8.7.93.05.00-7	R\$ 5.136	R\$ 6.110
Em atraso	1.8.7.93.15.00-4	R\$ 54	R\$ 130
Em cobrança judicial - Gr. And	1.8.7.93.20.00-6	R\$ 283	R\$ 256
COMPENSAÇÃO ATIVA	3.0.0.00.00.00-7	R\$ 37.483	R\$ 28.903
<i>Consortio</i>	<i>3.0.7.00.00.00-6</i>	<i>R\$ 37.483</i>	<i>R\$ 28.903</i>
Prev. Mensal Rec a Rec Consor	3.0.7.75.00.00-4	R\$ 384	R\$ 397
Contribuicoes devidas ao Grupo	3.0.7.78.00.00-3	R\$ 19.380	R\$ 15.425
Vr. Bens ou Serv a Contemplar	3.0.7.82.00.00-4	R\$ 17.719	R\$ 13.081
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99.00-9	R\$ 46.376	R\$ 122.640

PASSIVO	RUBRICA	31/12/2025		31/12/2024	
PASSIVO EXIGIVEL	4.0.0.00.00.00-6	R\$	15.734	R\$	16.319
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.9.0.00.00.00-3	R\$	8.893	R\$	9.583
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	4.9.8.00.00.00-9	R\$	8.893	R\$	9.583
Obrigações com consorciados	4.9.8.82.00.00-7	R\$	3.822	R\$	4.161
Recebimentos não identificados	4.9.8.82.07.00-0	R\$	11	R\$	9
Contr Consorciados não contemp	4.9.8.82.10.00-4	R\$	3.811	R\$	4.152
Valores a Repassar	4.9.8.86.00.00-9	R\$	281	R\$	405
Taxa de Administração	4.9.8.86.10.00-6	R\$	-	R\$	-
Multas e Juros Moratorios	4.9.8.86.20.00-3	R\$	-	R\$	-
Multa Rescisoria	4.9.8.86.22.00-1	R\$	281	R\$	400
Valores a Repassar - Encerramento	4.9.8.86.95.00-7	R\$	-	R\$	5
OBRIG. POR CONTEMPL A ENTREGAR	4.9.8.91.00.00-3	R\$	3.030	R\$	2.584
Consorticiados Contemp Ativos	4.9.8.91.10.00-0	R\$	2.869	R\$	2.584
Consorticiados Contempl Excl/Desl	4.9.8.91.20.00-7	R\$	161		
REC. A DEV A CONSORCIADOS	4.9.8.94.00.00-2	R\$	1.205	R\$	1.718
Consorticiados Ativos	4.9.8.94.10.00-9	R\$	-	R\$	-
Consorticiados Deligados	4.9.8.94.20.00-6	R\$	1.205	R\$	1.718
RECURSOS DO GRUPO	4.9.8.98.00.00-4	R\$	555	R\$	715
+/- Rend AJS Vr Justo Aplic Fin	4.9.8.98.20.00-8	R\$	222	R\$	264
Multas e Juros Morato Reti	4.9.8.98.30.00-5	R\$	87	R\$	109
Multa Rescisoria Retida	4.9.8.98.35.00-0	R\$	377	R\$	523
Atualização de Direitos	4.9.8.98.50.00-9	R\$	2.773	R\$	4.118
(+/-) Atualização de obrigações	4.9.8.98.60.00-6	-R\$	2.904	-R\$	4.299
COMPENSAÇÃO PASSIVA	9.0.0.00.00.00-1	R\$	37.483	R\$	28.903
CONSORCIO	9.0.7.00.00.00-0	R\$	37.483	R\$	28.903
Rec. Mensais Receber Consorticiado	9.0.7.75.00.00-8	R\$	384	R\$	397
Obrigs. Do Grupo por Contrib	9.0.7.78.00.00-7	R\$	19.380	R\$	15.426
Bens ou Serviços a Contemplar	9.0.7.82.00.00-8	R\$	17.719	R\$	13.080
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99.00-3	R\$	46.376	R\$	38.486

VIII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS.

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2025	ACUMULADO	31/12/2024	ACUMULADO
DISPONIBILIDADES	3.412	0	3.106	
Caixa	-	-	-	
Depósitos Bancários	251	-	79	
Aplicações Financeiras do Grupo	178	-	368	
Aplic. Financ. Vinc. A Contemplações	2.983	-	2.659	
(+) RECURSOS COLETADOS	519	38071	625	44539
Contrib. p/ aquisição de bem	442	33.937	551	40007
Taxa de administração	29	2.645	44	3447
Contrib. ao F. de reserva	-	-	-	-
Rend. de aplic. Financeira	32	956	21	866
Multas e juros moratórios	3	173	9	219
Premios de seguros	-	-	-	-
Custas judiciais	-	-	-	-
Reembolso de despesas de registro	-	-	-	-
Outros	13	360		0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	510	34651	650	41458
Aquisição de bens	439	29.787	544	35415
Taxa de administração	29	2.645	46	3447
Multas e juros moratórios	2	86	5	110
Premios de seguros	-	-	0	-
Custas judiciais	-	-	0	-
Devolução a consorciados desligados	15	1.413	39	1995
Despesas de registro de contrato	-	-	0	-
Rends. Pagos Vinc. A Contempla	-	-	0	-
Outros	25	720	16	491
DISPONIBILIDADES EM 31.12.2025	3420	3420	3081	3081
Caixa	-	-	0	-
Depósitos bancários	227	227	84	84
Aplicações financeiras	-	-	0	-
Cheques em cobrança	-	-	0	-
Aplicações financeiras do Grupo	163	163	413	413
Aplicações fin. Vinc. Contempl.	3030	3030	2584	2584

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



IX- NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição com sede a Avenida Severino Tostes Meireles nº 1660, na cidade de Franca/SP, foi constituída em 25/07/2001, com autorização do Banco Central do Brasil expedida em 01/07/2002, e tem suas operações voltadas basicamente para a administração de grupos de consórcio, formados especificamente para aquisição de motocicletas, tendo como controlador o Srº Xisto Antônio de Oliveira Júnior, diretor responsável pela área de atuação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil, estabelecidos observando-se a Lei 11.795/2008, que rege as sociedades administradoras de consórcio, a Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, que consolida os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, a Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, Lei 4.595/1964, subsidiariamente a Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro e, por analogia dos conceitos contidos na Lei das Sociedades por Ações (6.404/1976).

As demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2025 e as de 31.12.2024, para comparabilidade, foram demonstradas em Milhares de Reais.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – As aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço.

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
BANCO SANTANDER - CONTA 130008202	R\$ 4.652.975,12	R\$ 4.277.147,10
TOTAL DOS TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	R\$ 4.652.975,12	R\$ 4.277.147,10

3.2 - Outros ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis até 12 meses do exercício seguinte são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 46.

3.2.1 - Em 31.12.2025 a rubrica “Rendas a Receber, do ativo circulante à curto prazo, era composta pelo seguinte valor:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025		31.12.2024	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A RECEBER	R\$	11.880,43	R\$	11.239,83
TOTAL	R\$	11.880,43	R\$	11.239,83

A variação atípica ocorreu em virtude do reconhecimento da taxa de administração e multas e juros a serem repassada pelos grupos, conforme saldo demonstrado no balancete dos grupos (COS4110);

3.2.2 – Em 31.12.2025 a rubrica “Créditos Tributários” do ativo circulante à curto prazo, era composta pelos seguintes valores:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025		31.12.2024	
IR A RECUPERAR	R\$	22.839,09	R\$	27.540,95
PIS A RECUPERAR	R\$	726,43		
COFINS A RECUPERAR	R\$	1.048,27		
IRPJ ESTIMATIVA				
CSLL ESTIMATIVA	R\$	8.002,22		
TOTAL	R\$	32.616,01	R\$	27.540,95

3.2.3 – Em 31.12.2025 a rubrica “Devedores Diversos – País – Grupos” do ativo circulante à curto prazo, era composta pelos seguintes valores:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
EMPRESTIMOS AOS GRUPOS		R\$ 8.916,85
CARTAO DE CREDITO A RECEBER	R\$ 40.462,44	R\$ 35.059,08
TOTAL	R\$ 40.462,44	R\$ 43.975,93

A variação atípica ocorreu em virtude da redução do volume de adiantamentos a fornecedores realizados pelos grupos para aquisição de bens pendentes de entrega;

3.2.4 – Em 31.12.2025 a rubrica “Fiscais e Previdenciárias” do passivo circulante à curto prazo, era composta dos seguintes valores:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
CONTRIB SOCIAL A RECOLHER	R\$ 3.749,23	R\$ 5.653,08
IRPJ A RECOLHER	R\$ 9.126,99	R\$ 5.940,81
FGTS A RECOLHER	R\$ 3.324,27	R\$ 1.079,18
INSS A RECOLHER	R\$ 5.802,72	R\$ 4.820,96
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	R\$ 117,24	R\$ 111,92
COFINS A RECOLHER	R\$ 7.548,51	R\$ 7.417,67
IRRF A REC S SERV TERC	R\$ 490,89	R\$ 36,17
PIS A RECOLHER	R\$ 1.524,58	R\$ 1.536,94
ISS A RECOLHER	R\$ 1.985,00	R\$ 2.220,06
TOTAL	R\$ 33.669,43	R\$ 28.816,79

3.2.5 – Em 31.12.2025 a rubrica “Provisões para Pagamentos a Efetuar” era composta pelas seguintes obrigações:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
CONTAS DIVERSAS A PAGAR	R\$ 3.778,57	R\$ 2.435,85
TAXA GRAVAME A PAGAR	R\$ 18.490,00	R\$ 17.860,00
TOTAL	R\$ 22.268,57	R\$ 20.295,85

3.2.6 – Em 31.12.2025 a rubrica “Provisões dedutíveis” era composta pelas seguintes obrigações:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
PROV FÉRIAS A PAGAR	R\$ 20.663,74	R\$ 17.629,76
PROV 13 SALA PAGAR		R\$ -
ENCARGOS SOC S FÉRIAS PROV	R\$ 7.190,98	R\$ 6.135,45
ENCARGOS SOC S 13 SAL PROV		R\$ -
TOTAL	R\$ 27.854,72	R\$ 23.765,21

As provisões de férias e a do 13º. Salário, são constituídas com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes e a do 13º. Salário a razão de 1/12 avos mensalmente, sobre a remuneração dos empregados e seus encargos sociais.

3.2.7 – Em 31.12.2025 a rubrica “Credores Diversos do País” era composta pelas seguintes obrigações:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
FORNECEDORES DIVERSOS	R\$ 10.332,97	R\$ 67.084,30
VR REMANESCENTE CONSORCIADO	R\$ 8.932,40	R\$ 9.743,43
TOTAL	R\$ 19.265,37	R\$ 76.827,73

3.3 - O Ativo permanente é demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, mais adições e baixas ocorridas até 31.12.2025. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas usuais permitidas pela legislação fiscal.

3.3.1 – Não foram realizados no exercício testes de impairment para cálculo do valor recuperável de ativos, conforme dispõe o CPC 1 (R1), porque em nossa estimativa o saldo residual e a vida útil dos bens do ativo permanente encontram-se subavaliados, e como o banco central ainda não recepcionou o CPC 27 (R4), que dispõe sobre o Ativo Imobilizado, não podemos efetuar a revisão e avaliação desses ativos.

3.4 - O Patrimônio Líquido é demonstrado pelo valor corrigido monetariamente até 31/12/1995, acrescido dos valores movimentados até 31.12.2025.

3.5 - O Capital Social de R\$ 1.500.000,00, em 31/12/2025 é representado por 1.500.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

CAPITAL SOCIAL	R\$	cotas	%
Xisto Antonio de Oliveira Junior	500.000	500.000	33,33%
Melchiades de Sousa Meireles Neto	500.000	500.000	33,33%
Antonio Carlos Zaninelo	500.000	500.000	33,33%
Total	1.500.000,00	1.500.000	100%

3.6 – Não houve distribuição dos lucros no último exercício aos sócios de acordo com a participação societária e deliberação dos mesmos.

3.7 - **Limite de Alavancagem** – Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido pela Resolução BCB nº 234, de 27/07/2022, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado obtido através dos seguintes fatores:

RUBRICA CONTABIL	31.12.2025	31.12.2024
Saldo da conta 09.0.0.0.0-7 (4350)	R\$ 3.419.940,80	R\$ 3.081.576,35
(-) Aplic. Financ. Vinculadas a Contemplações (4350)	-R\$ 2.982.772,70	-R\$ 2.583.756,44
Passivo Circulante da Adm. Conta 4.0.0.00.00-8 (4010)	R\$ 135.311,24	R\$ 156.626,68
(-) Pendente de Receb. Cobrança Judicial conta 4.9.8.93.20-9 (4010)	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ 572.479,34	R\$ 654.446,59
Divisor utilizado	6	6
Resultado da Divisão (=)	R\$ 95.413,22	R\$ 109.074,43
Patrimônio Líquido Exigido (1)	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
Patrimonio Contabil em 31.12.2026	R\$ 4.495.477,20	R\$ 3.911.004,06
Contas de Resultado Credoras (7.0.0.00.00-9)	R\$ 869.808,90	R\$ 1.463.789,64
(-) Contas de Resultado Devedoras (8.0.0.00.00-6)	R\$ 651.565,25	R\$ 1.050.318,83
(-) Ajustes Exercicios Anteriores	R\$ -	R\$ -
(-) Lucros Distribuidos	R\$ -	R\$ -
Patrimônio Líquido Ajustado 31.12.2025	R\$ 4.713.720,85	R\$ 4.324.474,87

3.8 - As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

3.8.1 – A taxa de administração é reconhecida na competência do efetivo recebimento das contraprestações dos consorciados, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 47.

3.8.2 - As comissões sobre vendas são reconhecidas e apropriadas ao resultado na competência de sua realização.

3.9 - O Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nos rendimentos tributáveis: o IRPJ pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício); a CSLL pela alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1 - As aplicações financeiras vinculadas aos grupos foram efetuadas junto ao Banco Bradesco (MR\$ 2.997 mil), demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2 - Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

4.3 - As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos consolidadas são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

4.4 - Os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

4.5 - Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio.

4.6 - Os recursos utilizados representam desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio, para sua manutenção.

4.7 - A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio, que varia de acordo com a espécie do bem.

NOTA 5 – GRUPOS DE CONSÓRCIO – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	31.12.2025	%*	31.12.2024	%*
Quantidade de Grupos Administrados	6		7	

Quantidade de Bens Entregues no período	87		100	
Quantidade de Consorciados Ativos	922		1069	
Quantidade de Cotas Contempladas	645		823	
Quantidade de Cotas não Contempladas	277		246	
Quantidade de Consorciados Quitados	308		423	
Quantidade de Consorciados Excluídos	851		1039	
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	47		42	
Consoiciados Inadimplentes Contemplados	44	4,77	66	6,17
Consoiciados Inadimplentes Não Contemplados	42	4,56	26	2,43

(*) Percentual em relação ao número de consorciados ativos.

7 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A administradora não possui passivos contingentes em 31/12/2025.

8 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A administradora de consórcio deverá observar, além do disposto contido na Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, e na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, o Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 17 de julho de 2009. (Res CMN 4818 art. 4º e Res BCB 2 art. 5º); sempre que observado a ocorrência de fatos subsequentes.

9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administradora implementou a regulamentação contábil estabelecida pela Resolução BCB nº



352 de 23.11.2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio, definindo seu modelo de negócio para gestão de ativos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026, não observando impactos quanto a perdas associadas ao risco de crédito em relação as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2025 .

XISTO ANTONIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor
CRCMG031493/T-6

SOLANGE DA SILVA RIBEIRO
Contadora



X - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da

FRANCAUTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Franca - SP

Prezados Senhores

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da FRANCAUTO Administradora de Consórcio Ltda, em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcio (Grupos) em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francauto Administradora de Consórcio Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Contábeis

Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços

A Administradora não observou as disposições da Resolução BCB N° 120, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a necessidade, por parte das administradoras de consórcio, de reconhecer e mensurar contabilmente as suas receitas e prestação de serviços em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato (CPC 47). Desta forma, não foi possível verificar com procedimentos alternativos de auditoria os efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade decorrente da não observância do CPC 47.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 01 de abril de 2026.



AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTE
LUÍS EDUARDO AZEVEDO

Contador CRC-SP-292909/O
Auditor Responsável

FLÁVIO ANTONIO GARRIDO

Contador CRC nº
1SP-094509/O
Auditor Assistente